

## O lugar de Geisel

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

O presidente Ernesto Geisel encarnou exemplarmente os defeitos e as virtudes da casta militar no exercício do poder político. Mais do que injustiça, seria incompetência julgar o governo Geisel com base em critérios informados pelo conhecimento de fatos posteriores ao seu mandato, com o benefício do que em inglês se chama *hindsight*.

Mas também não é razoável fingir estar acometido de perda de memória coletiva como parece fazer parte do ritual fúnebre brasileiro. O ponto de vista que parece adequado é perguntar se outra pessoa tivesse enfrentado as mesmas restrições teria tido melhor desempenho. Nenhum outro presidente, até onde a vista alcança, chegou à Presidência tão bem equipado técnica e administrativamente. Com experiência política e administrativa desde a década de 30, havia exercido cargos de grande expressão como a chefia da Casa Militar da Presidência no governo Castelo Branco e desempenhado funções técnicas na Petrobrás e no Conselho Nacional do Petróleo. Sua carreira havia culminado com a presidência da Petrobrás no governo Garrastazu Médici.

É irônico que tenha sido exatamente em temas energéticos que o presidente tenha acumulado erros mais graves na esfera econômica. Na esteira da crise provocada pelo primeiro choque do petróleo, o processo decisório centrado em suas mãos sancionou um megalomaniaco programa nuclear que previa a construção de dez usinas nucleares. Dez bilhões de dólares e 21 anos depois, nenhuma das usinas nucleares previstas está em operação. Em momento nenhum foi esclarecido à Nação exatamente como uma crise de combustíveis seria resolvida pela ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Em qualquer caso, o País dispunha de recursos hídricos que permitiriam exploração bem mais econômica do que a alternativa nuclear. O argumento de que a aproximação com a Alemanha permitia uma bem-vinda diversificação das relações diplomáticas, em um quadro marcado pela deterioração das relações com os EUA, não é convincente. Se o objetivo era demonstrar independência em relação aos EUA existiam formas menos dispendiosas de fazê-lo, como demonstrar o conhecimento na primeira hora da independência angolana pelo próprio governo Geisel.

A política econômica sob Geisel reviveu outros momentos de grande ambiguidade na história republicana também caracterizados pela duplicidade de comando na área econômica. A ênfase da Secretaria de Planejamento era no crescimento, enquanto o Ministério da Fazenda insistia na prioridade da estabilização, em vista do recrudescimento da inflação em seguida ao choque do petróleo. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que previa taxas de crescimento do PIB da ordem de 10% ao ano, tinha por objetivo, além da expansão das exportações, concentrar investimentos substitutivos de importações nos setores produtores de bens de capital e de insumos intermediários. De fato, a economia pôde sobreviver nos anos 80 a uma fortíssima redução das importações não petróleo, mas uma boa parte do peso da dívida nos anos 80 decorreu da decisão de não ajustar a economia aos novos preços de energia e jogar erroneamente na manutenção de taxas reais de juro internacionais negativas. Estudos recentes sugerem que a dependência de bens de capital produzidos internamente, mais caros do que os

disponíveis no mercado internacional e menos avançados tecnologicamente, teria agravado significativamente a estagnação nos anos 80.

A julgar por manifestações recentes, o presidente deixou muitos simpatizantes de seu ideário econômico, até mesmo no partido do atual presidente. Mas estas figuras públicas já não têm nem mesmo as justificativas que pode ter tido o presidente nos anos 70. As tentativas de política industrial estratégica a partir de meados dos anos 70 mostraram que o governo disparou rajadas de subsídio quase que a esmo. Tudo leva a crer que esta mira tenha piorado com a deterioração dos quadros do Estado em passado recente. Não há argumento racional que justifique a volta ao passado senão o apetite reprimido por benesses do Estado.

Tem sido ressaltado que é no terreno político interno que se concentram as grandes conquistas do governo Geisel. O controle da repressão, o balizamento do processo de abertura política, a marginalização no Exército dos oficiais relutantes no apoio à normalização da vida política foram conquistas vitais que requereram exercício de autoridade e capacidade de arcar com os riscos de uma situação potencialmente desestabilizadora. Porém, em qualquer cenário, é difícil justificar os sucessivos episódios de repressão que resultaram no massacre de dirigentes comunistas de 1975-76 e, depois, na morte de Vladimir Herzog e Antônio Fiel. Também o formato e o método de lançamento do famoso pacote de abril de 1977 tendem a qualificar o entusiasmo quanto ao sucesso do lançamento da abertura. A fórmula encontrada, de aumento do peso da representação política do Norte e do Nordeste em detrimento de outras regiões menos sujeitas ao cabresto do partido oficial, além de pouco digna, teve indesejáveis repercussões de longo prazo. O presidente Geisel poderá ter sido criticado e até mesmo odiado, mas poucos brasileiros discordariam que tenha tido a dignidade requerida pelo cargo. Era o que no jargão militar se classifica um chefe. Inclusive um chefe de Estado. Pode juntar-se a Getúlio Vargas, Castelo Branco e Juscelino Kubitschek, compondo o grupo de presidentes que, desde 1930, fizeram mais bem do que mal ao País.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.